

HABEAS CORPUS Nº 471.014 - MG (2018/0250622-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : C D R B (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AOS DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS, PORTE ILEGAL DE ARMA E MUNIÇÕES E DIREÇÃO DE VEÍCULO SEM HABILITAÇÃO. TRÊS APONTAMENTOS ANTERIORES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PECULIARIDADES E CIRCUNSTÂNCIAS QUE JUSTIFICAM A SUA APLICAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. Dispõe o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente que a aplicação de medida socioeducativa de internação é possível nas seguintes hipóteses: em razão da prática de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; pela reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou pelo descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.

2. As condições pessoais do Menor, que já respondeu e responde pela prática de outros atos infracionais (roubo majorado, tráfico de droga e associação para o tráfico, receptação e formação de quadrilha), além da falta de ingerência da família sobre o Adolescente e relatórios de psicólogos e assistente social que ressaltaram que as medidas em meio aberto anteriormente impostas não foram suficientes, autorizam a sua internação.

3. Risco para a sociedade e para o Jovem, que não é iniciante na prática infracional, não se evidenciando, portanto, nenhum constrangimento ilegal a ser sanado na hipótese.

4. Ordem de *habeas corpus* denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora